

A Baixa de Lisboa: Permanências e transformações de um roteiro (1700-1762)

Delminda Rijo*

RESUMO: Observação do espaço urbano, arquitetura social e composição profissional de uma parte da cidade cujo cenário urbanístico, de matriz medieval, foi profundamente abalado pelo terramoto de 1755 e onde a mutabilidade da paisagem se traduziu na cedência gradual da espacialidade a uma nova ordem – a Baixa Pombalina.

Reservatórios da memória histórica, os *Róis de Confessados* e a *Décima da Cidade*, fontes históricas produzidas no período, direcionam o roteiro pré-existente, pontilhado de edifícios, pessoas e funções, marcos da geografia social e da configuração urbana da Baixa de Lisboa na primeira metade do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Baixa de Lisboa, População, Sociedade, Terramoto de 1755.

ABSTRACT: Observation of urban space, social architecture and professional composition of a part of the city whose medieval urban scenery, was deeply affected by the 1755 earthquake and where the mutability of the landscape resulted in the gradual transfer of spatiality to a new order – the *Baixa Pombalina*.

Reservoirs of historical memory, the *Róis de Confessados* and *Décima da Cidade*, historical sources produced in the period, guide us by pre-existing script, dotted with buildings, people and roles, milestones of social geography and urban setting in downtown Lisbon first half of the eighteenth century.

KEYWORDS: Downtown Lisbon, Population, Society, 1755 Earthquake.

O estudo em curso sobre a reconstituição populacional e habitacional da área de implantação da Baixa de Lisboa, a norte, em período anterior ao terramoto de 1755, permite a ordenação de algumas conclusões sobre a caracterização social e económica do espaço urbano. Por um lado perspetivar o Rossio e a sua envolvente, permanente na memória histórica numa composição de cenários vivenciais de matriz medieval,

* Técnica Superior História, C. M. Lisboa - Gabinete de Estudos Olisiponenses. Investigadora do CITCEM - Grupo de História das Populações. Email: delminda.rijo@cm-lisboa.pt.

densamente habitados e, por outro, compreender o momento de transição em que a espacialidade foi dando lugar a uma nova ordem. Com enfoque na mutabilidade da paisagem social e urbana que resultou da destruição pelo terramoto e incêndio de 1755, analisamos a manutenção possível do meio físico e social, na ocupação habitacional, ainda que em estruturas abarracadas, parcialmente arruinadas ou funcionalmente adaptadas e, no aspeto económico, na permanência de atividades administrativas e comerciais no entorno da praça do Rossio.

O padre António Carvalho da Costa, referindo-se ao Convento de S. Domingos em 1712, localizava-o “no centro e coração da cidade, na parte mais plana, e mais habitada, e do maior concurso dela, com a porta para o Poente e na melhor Praça”¹. Referia-se ao Rossio, espaço fundamental na vivência quotidiana da população de Lisboa, cuja centralidade e dimensão espacial há muito o transformara num palco de afirmação de poder. De facto, a realização de atos públicos de grande impacto, como local de passagem obrigatória de procissões como o Corpo de Deus ou a de Nossa Senhora da Saúde, a realização de autos de fé, julgamentos ou aplicação de castigos corporais e execuções, reforçou essa vocação da grande praça.

Embelezado por edifícios simbólicos de Lisboa anteriores a 1755 – Convento de S. Domingos, Hospital Real de Todos os Santos e a Casa dos Vinte e Quatro, o Palácio da Inquisição, o Senado da Câmara, os Palácios Cadaval, Almada, Paço do Rossio, Povolide, entre outros, harmonizava monumentalidade arquitetónica com funcionalidades como o ensino e a ciência, a assistência física e espiritual, o governo da cidade, distinguindo-se igualmente pela permanente atividade comercial.

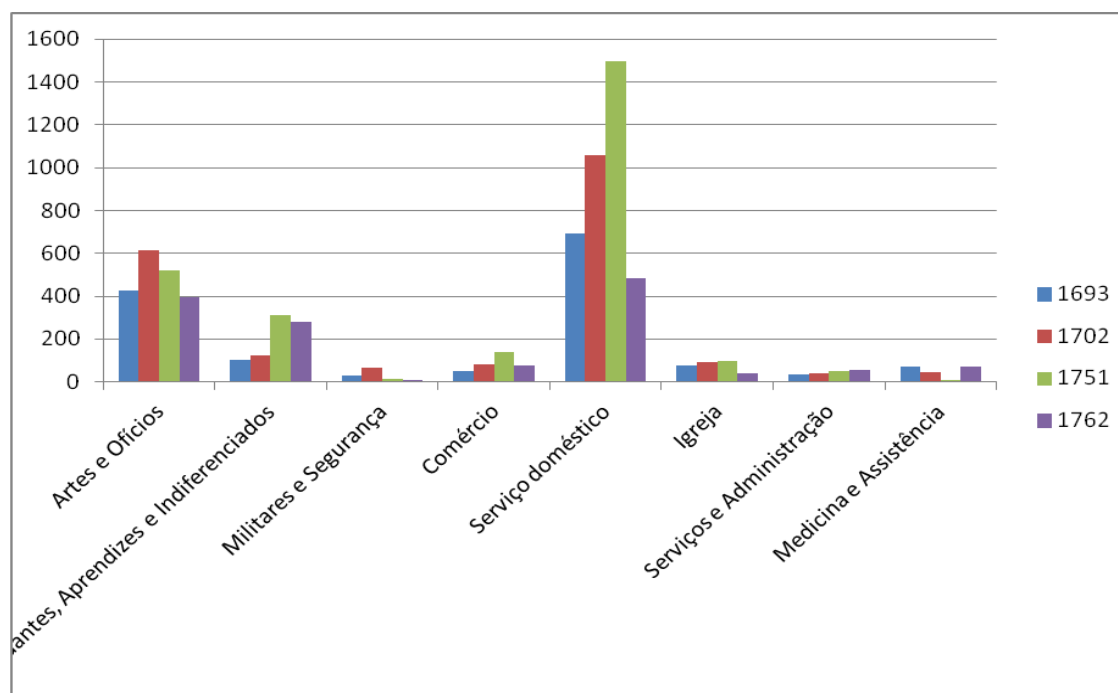
I. Organização Profissional e Arquitetura Social: Alguns Apontamentos

Em estudo² anterior confirmámos a crescente implantação de unidades comerciais e artesanais, com elevado grau de especialização, em resposta ao consumo quotidiano de uma cidade em crescimento. Entre o Rossio e Santa Justa estavam representadas no início do século XVIII cerca de cem ocupações económico-profissionais, ascendendo a cento e vinte em 1762, com especialização nas áreas de prestação de serviços domésticos, indústria artesanal – têxtil, metal, ourivesaria, arte, entre outras manufaturas; no oficialato municipal e régio, saúde, hospedagem, casas comerciais do médio ao grande trato, comércio retalhista alimentar.

¹ COSTA, 1712: 395.

² RIJO & ARAGONEZ & MOREIRA, 2010.

Gráfico I – Principais Grupos Sócio-Profissionais em torno do Rossio (1693-1762)



FONTE: *Rol de Confessados de Santa Justa*.

Observando a evolução cronológica das áreas de atividade representadas, as “Artes e Ofícios” registaram decréscimo de unidades laborais entre 1702 e 1751, crescendo as atividades relacionadas com o comércio. O grupo de militares e outros elementos de segurança decresceu igualmente entre um período e outro, justificando-se com a presença excecional de contingentes militares de todo o país devido a iminência de guerra com Castela no início do século XVIII. Na área de Medicina e Assistência a atividade foi residual em 1751 devido ao incêndio de 1750 que desativou o Hospital Real. As restantes atividades revelam crescimento a diferentes ritmos até 1751, com acentuada queda em 1762.

Do ponto de vista dos grupos, foram os prestadores de serviços domésticos e as artes e ofícios que dominaram o cenário profissional. O primeiro grupo, composto por criados, amas, escravos e outros, tratando-se dos mais qualificados e hierarquicamente organizados, avolumavam os agregados domésticos das casas de nobres e mercadores ricos; os restantes, que constituíam a maioria, dispersavam-se por todo o tipo de habitações, instituições, oficinas, estalagens, tavernas, pequeno comércio, sendo notória a concordância entre o seu número e a permanência de serviço, com a condição social do empregador.

O segundo grupo mais numeroso, categorizado de artes e ofícios, congregava a multiplicidade de profissionais que manufacturavam bens, da primeira necessidade à

produção artística. Desde a Idade Média que a sua importância se foi expressando na toponímia local, por arruamentos, o que facilitava o governo da cidade tornando mais eficaz o controlo da concorrência e a fiscalização das oficinas pelo Senado. Na Baixa, a norte, destacavam-se as ruas dos Albardeiros; das Arcas, dos carpinteiros de caixas e caixões; da Cutelaria, de cutileiros, fabricantes de espadas, lanceiros, bainheiros; do Valverde, dos espingardeiros, da Praça da Palha, dos cordoeiros. A escassez de oficinas justificava a ocupação do arruamento por outros ofícios e o excesso o desdobramento noutras serventias. De facto, à exceção da rua das Arcas ou da rua da Cutelaria, verificamos alguma desorganização deste modelo, com dispersão das oficinas pela freguesia, mas mais concentradas nos pontos de maior afluxo populacional, como as ruas junto à Praça e às Portas da cidade.

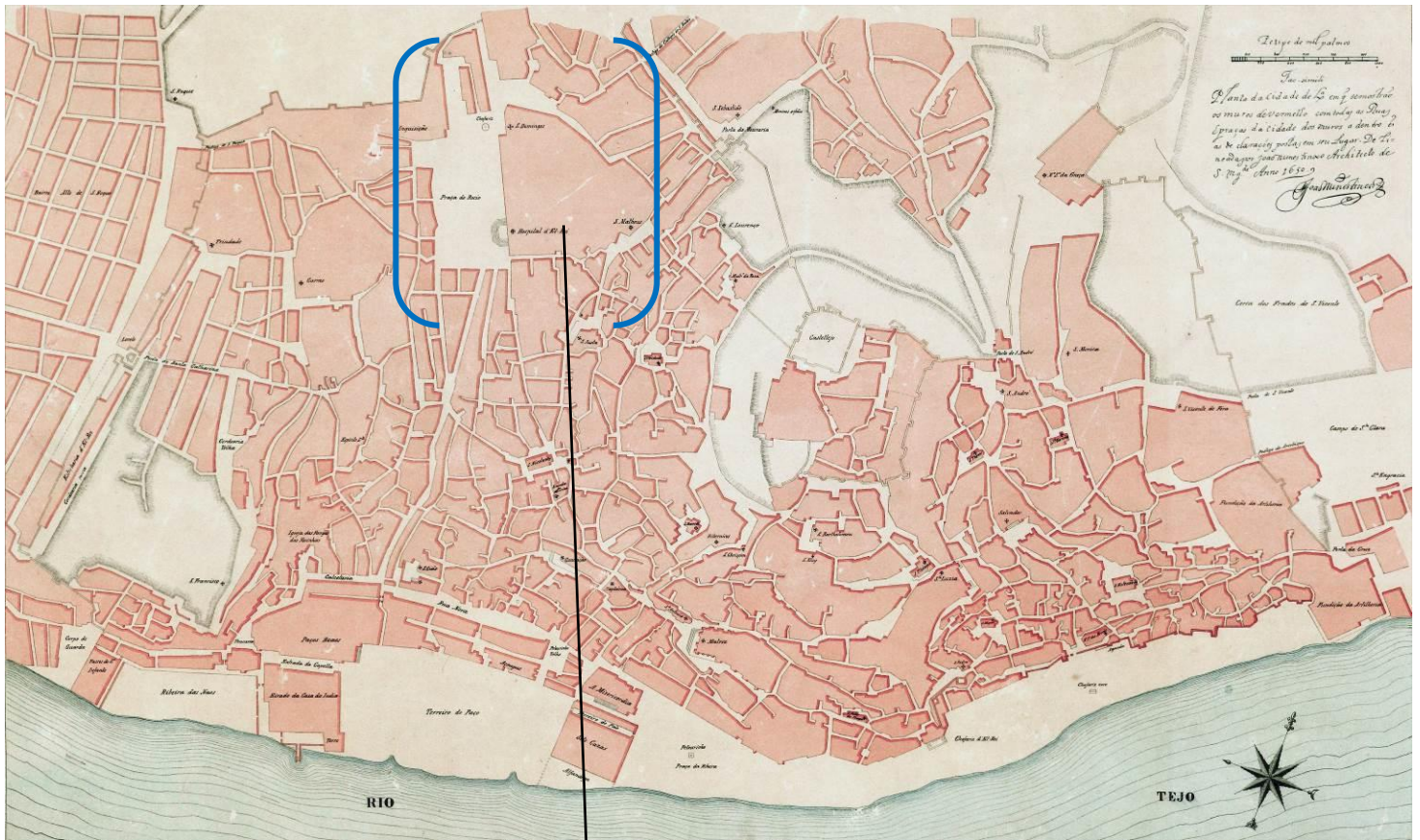
Houve regularidade ao longo do século na presença e número de indivíduos categorizados como mestres, obreiros, oficiais e aprendizes. Como apontamento, constata-se que no início do século XVIII, os ofícios que mais aumentaram no grupo dos mestres foi o de cordoeiro e com algum significado, o de albardeiro, carpinteiro e esparteiro.

Sinalizando o dinamismo económico do reinado de D. João V avolumou-se, em 1751, o grupo de auxiliares, entre oficiais, obreiros e aprendizes; dando relevância às áreas da construção e vestuário houve acréscimo, comparando com o início do século, de mestres sapateiros, carpinteiros e alfaiates. Em 1762, contrapondo a escassez de mestres, aumentou consideravelmente o número de oficiais de sapateiro e de carpinteiro, estes claramente associados à reconstrução da cidade.

Com uma composição social muito heterogénea, a presença de grupos influentes marcou presença através de comerciantes e mercadores de “grosso trato”, nacionais e estrangeiros que, aproveitando a centralidade no espaço urbano e a proximidade às estruturas de poder, daqui mantinham com os espaços ultramarinos e com a Europa relações comerciais muito proveitosas. O reforço das estruturas de poder é igualmente pressentido na permanência de altos dignitários eclesiásticos como o Inquisidor-mor, de embaixadores e diplomatas como o embaixador de Castela ou o vice-cônsul inglês, membros da primeira nobreza do reino como o duque de Cadaval e o Marquês de Alegrete, da pequena nobreza, também magistrados, fabricantes e pequenos industriais ou engenheiros e arquitetos envolvidos nas obras públicas do reinado joanino.

II. A Baixa Antes e Depois de 1755

Planta da Cidade de Lisboa em 1650



João Nunes Tinoco, 1650, MC. DES. 1084, GEO, CML.

Legenda

- 1 - Rua Mestre Gonçalves
- 2 - Rua da Inquisição
- 3 - Rua N. Sra. Escada
- 4 - Arco de João Correia
- 5 - Poço do Borratém
- 6 - Rua da Mouraria
- 7 - Rossio



João Nunes Tinoco, 1650, MC. DES. 1084, GEO, CML.

À planta da Baixa norte correspondia em 1751 uma variedade toponímica que se dispersava por vinte e oito ruas, doze becos, um pátio, dois arcos, dois adros, um hospital e dois conventos, uma igreja e uma ermida, dois terreiros, duas travessas, dois poços e um pocinho, uma escada e duas portas, somando sessenta unidades territoriais de levantamento do *rol de confessados*, a maioria correspondendo a serventias e focos residenciais de grande importância. Aqui residia uma população de 5.798 indivíduos (maiores de sete anos), em 3.129 fogos.

Poucos anos após o terramoto, em 1762, a população da freguesia situou-se nos 3.068 indivíduos (maiores de sete anos), distribuídos por 824 fogos. Significou um decréscimo populacional na ordem dos 47%, ainda mais acentuado no parque habitacional, em c. 73%. O mesmo espaço territorial passou a comportar na área disponível, por vezes arruinadas, mas mais ou menos desimpedidas de escombros, 47 unidades territoriais que incluíam dois pátios, doze ruas, duas portas, duas calçadas, um arco, quatro becos. Em treze áreas da cidade, longe do centro, dispersaram-se os moradores cujas habitações ficaram totalmente destruídas, mas que mantinham ligação administrativa e paroquial com o espaço, num total de 152 alojados em barracas (42). Foram em maior número na Cotovia, uma área que pelas suas características foi muito procurada pela população em fuga, mas também na rua de Santo Ambrósio, ao Rato e no Paço da Rainha, à Bemposta. Só nos seis meses após o terramoto ter-se-ão levantado 9.000 barracas no Terreiro do Paço, Rossio e Ribeiras, campos de Santana, Santa Clara e Santa Bárbara, cercas de conventos e arredores de Lisboa³.

O prior de Santa Justa Alexandre Ferreira Freire, relatou que a parte que escapou ao incêndio teria sido somente metade da parte oriental, desde o beco do Monete até ao Alegrete e daqui até ao meio do palácio de Cadaval para Ocidente⁴. Entre as maiores perdas de património edificado, contam-se a igreja paroquial de Santa Justa, posteriormente arranjada e pouco depois demolida devido ao novo plano da cidade “[...] para correr direita uma das espaçosas ruas, que cortam a cidade queimada”⁵. O convento de S. Domingos ficou muito danificado, a Ermida de N. Sra. da Escada ficou arruinada, a de S. Mateus, o Hospital Real, o Senado Municipal, o palácio da Inquisição e numerosos palácios da burguesia e nobreza ficaram em

³ MARQUÊS DE RIO MAIOR, 1955.

⁴ CLEMENTE, 2005. Em resposta de 23 de Julho de 1759 a D. José Manuel da Câmara, cardeal patriarca, dando cumprimento à deliberação régia de enviar questionários aos párocos de Lisboa a fim de obter um relato pormenorizado dos estragos.

⁵ IDEM, 2005.

escombros, a maioria não se voltando a erguer. O cenário de catástrofe fomentou o alojamento em locais improváveis como as ruínas dos palácios e propriedades da igreja e da nobreza. No pátio do duque de Cadaval viviam 119 pessoas (38 fogos) e nas “casas debaixo do palácio do marquês de Alegrete para o Beco da Póvoa”, 17 pessoas (6 fogos), o palácio arruinado da Inquisição recebeu também vários agregados domésticos e grupos de galegos.

Planta de Lisboa após o Terramoto de 1755



Planta topographica segundo o novo alinhamento dos Architetos Eugénio dos Santos, Carvalho e Carlos Mardel, MP 62, GEO, CML.

Os planos de reconstrução foram apresentados logo em Abril de 1756, mas só o alvará de 12 de Maio de 1758 marcou o início das obras. A 12 de Junho foram apresentados os planos definitivos da reconstrução, estando atribuídos a cada rua, em 1760, os mesteres a que ficariam vinculadas. O plano de Eugénio dos Santos mantinha, a nascente, o Hospital Real e o convento de S. Domingos, mas foi alterado para outra configuração quando Carlos Mardel assumiu a responsabilidade da urbanização da Baixa. A opção de arrasar o espaço afetado, substituindo-o por um novo plano, fez desaparecer para sempre ruas e espaços vivenciais como a das Arcas, a Praça da Palha,

o Adro de Santa Justa, ou o Pátio das Comédias, cuja dinâmica social e organização profissional não foi possível reproduzir no novo traçado.

Reduzindo a escala de observação a algumas ruas limítrofes à praça, em pontos fundamentais da configuração espacial e humana pré-existentes a 1755, é de assinalar o que subsistiu à desordem e com que adaptações, pela via da requalificação espacial e pelo reforço do comércio alimentar, contribuíram para a subsistência da população.

Na Rua de Mestre Gonçalo, a poente da praça, o palácio Cadaval era a maior estrutura habitacional que devido à sua função, dimensão e notabilidade dos proprietários, os Duques de Cadaval⁶, desempenhou um importante papel na área do Rossio.

Na segunda planta, ou primeiro andar do edifício, estariam localizados os aposentos principais, salas de estar e provavelmente o oratório e outros edifícios periféricos⁷. O espaço utilitário da primeira planta consistia em aposentos de criados, cozinha, acomodações de armazenagem, anexos onde funcionava a enfermaria do Duque e lojas que eram alugadas ou acolhiam famílias de criados, além de pátios, cavalariças, estrebaria e um jardim que se estendia pela quinta em direção a S. Roque.

Na casa senhorial e restante complexo habitava um agregado numeroso e socialmente representativo, servido por uma estrutura doméstica numerosa e muito hierarquizada que acabou por vincular o cenário sócio-profissional da rua. Ao longo do século XVIII, contaram-se entre os seus moradores inúmeros servidores domésticos e administrativos, homens de guarda pessoal ou prestadores de cuidados de saúde da enfermaria. Além do pessoal associado ao palácio, o cenário laboral foi marcado por lojas-oficina de marceneiro e confeção de vestuário, sobretudo no início do século XVIII, quando se verificou reforço de aprendizes e maior especialização do pessoal doméstico. Nas vésperas do terramoto, em 1751, a rua manteve um perfil similar de forte presença de pessoal doméstico e estrutura oficial, ganhando importância as oficinas de ourives e a presença de galegos.

Perdeu-se a designação de Rua Mestre Gonçalo e o palácio figurou entre os que foram destruídos por ocasião do terramoto e incêndio subsequente⁸, passando a designar-se o que restou da serventia como pátio do duque, estância⁹ e pátios de baixo,

⁶ No reinado de D. Pedro II, o então duque, D. Nuno Álvares Pereira, foi seu secretário e um importante protagonista na governação de Portugal.

⁷ Assunto desenvolvido em RIJO, Delminda, Revista Rossio n.º 0.

⁸ Foi posteriormente reconstruído e finalmente demolido em 1881 para dar lugar à estação do Rossio.

⁹ Entre as estruturas de apoio à reconstrução, existiam em 1762 estâncias de madeira no Arco de João Correia, no Pátio Cadaval e entre a Cutelaria e a Calçada de S. Cristóvão.

provavelmente estruturas do palácio arruinado. Eram ocupados em 1762 por 119 indivíduos distribuídos por 28 fogos.

Comparando com os valores dos anos precedentes ao terramoto, constatasse que houve acréscimo populacional e habitacional. Paradoxalmente, considerando a integração num cenário de catástrofe, representou não só um espaço disponível capaz de acolher população desalojada, como pode acrescentar o rendimento dos proprietários dos palácios destruídos. O tipo de ocupação ocorreu, por ordem de importância, por famílias nucleares e alguns fogos de estrutura indeterminada, com indivíduos não relacionados, como viúvas não aparentadas, com ausência de cônjuges e fogos solitários.

A atividade económica em 1762 era exercida pelo impressor do Santo Ofício, Miguel Manescal, que ocupava um fogo com criados e indivíduos não identificados, um taverneiro e quatro oficinas, duas pertencentes ao antigo arruamento dos espingardeiros, da vizinha rua do Valverde, arruinada.

Também privilegiada para residência da nobreza, a rua da Inquisição foi habitada pelo Senhor de Baião, D. Cristóvão de Sousa Coutinho, por D. Brás Baltasar da Silveira, governador da capitania de S. Paulo e Minas de Ouro, liderando este, em 1751, um agregado de 46 pessoas; e, entre outros, o comendador da Ordem de Cristo, António José de Miranda Henriques, cujo palácio foi vendido em meados do século XVIII ao Senado Municipal para instalação do Senado e da Junta do Depósito Público e que às vésperas do terramoto estaria em obras de engrandecimento e acabamento.

Mas o principal edifício da rua era o palácio dos Estaús, excepcional na dimensão e na função, pois além de sede da Inquisição, congregava ainda o conselho geral, o tribunal do Santo Ofício, cárceres e inúmeros edifícios anexos¹⁰. No início do século XVIII, era habitado por mais de meia centena de pessoas distribuídos pelos numerosos fogos que compunham o palácio, entre os altos cargos, oficialato e respetivos agregados¹¹ incluindo a por vezes complexa estrutura doméstica de criados, escravos, cocheiros, amas, moços de cozinha. Marcou, por isso, o perfil funcional da rua, prevalecendo até 1755 os servidores domésticos e eclesiásticos, seguido de oficiais e alguns taverneiros.

¹⁰ Os encarcerados estariam nos cárceres secretos e nas situações menos graves nos cárceres da penitência, onde permaneciam por períodos curtos, após os quais eram libertados ou cumpriam pena nas prisões civis.

¹¹ O cardeal, senhores do conselho, promotores diversos, deputados e auxiliares, qualificadores, notários, escrivães, meirinho, solicitadores, alcaide dos cárceres, guardas e porteiros, entre outros.

O parque habitacional da rua pouco oscilou ao longo do período, situando-se entre os 29 e os 32 fogos, com uma densidade populacional estável que, naturalmente com a destruição provocada pelo terramoto, sobretudo dos edifícios nobres, assinalou menor número de habitantes, passando dos 200 (1751) para 158 (1762) moradores.

Além do palácio da Inquisição, que ficou em tal estado de ruína que o tribunal mandou fazer uma acomodação interina em madeira na praça do Rossio, ou do Senado Municipal, desconhece-se o estado de ruína do restante parque habitacional. Em 1762 possuía cinco propriedades do lado direito e oito do lado esquerdo. Do lado direito, o 3º edifício da rua, composto por duas lojas e um palheiro, era ocupado por dois grupo de galegos, num total de 24 indivíduos, que dispunham de “bestas de ribeirinho”. O 4º edifício da rua, com três andares, três lojas e uma sobreloja, aparentemente intacto, pertencia ao homem de negócio Manuel Rodrigues Pontes, que com a sua família ocupavam os últimos andares e as lojas, alugando os restantes, nomeadamente o 1º andar, a outro homem de negócio, André Joaquim Lobato e família. A propriedade nº 5 dispunha de cinco lojas e oito andares, dispostos horizontalmente. A proprietária, a forneira Antónia Pedrosa, liderava um agregado de 16 indivíduos, a maioria criados e escravos, distribuídos entre a primeira loja e o primeiro andar. As restantes divisões estavam alugadas ou vazias. No 5º andar, por exemplo, vivia um forneiro que tinha loja nas vizinhas Portas de Santo Antão, uma rua que não sofreu tanta ruína. No edifício vizinho, Brígida Maria, vendedora de pão no Rossio, habitava com os seus sete filhos duas lojas e dois andares. O abastecimento de pão assumiu aqui grande importância, feito a partir de um número reduzido de produtores devido à destruição de fornos que antes se dispersavam pela cidade, concentrando-se então em torno da praça do Rossio, constituindo exemplos nas ruas próximas de S. Pedro Mártir, o forneiro Domingos Fernandes que estava à frente de um agregado com dezasseis galegos e na Rua dos Vinagres, o forneiro Custódio Pacheco liderava um agregado de dez pessoas.

Do lado esquerdo da rua, os três primeiros edifícios, descritos como lojas, primeiro andar e cocheira pertenciam ao palácio arruinado do Santo Ofício, tendo sido alugados parcelarmente para alojamento de famílias e instalação de lojas de bebidas. Do seu oficialato, apenas o alcaide dos cárceres Anastácio Rodrigues Pereira, permaneceu na rua, no edifício nº 8, onde alugou uma loja e um andar para acolher a sua família, criados e escravos, num total de dez elementos.

A ocupação do palácio em ruínas perdurou até ao início da reedificação da cidade, quando a praça adquiriu nova forma e a rua desapareceu, passando o novo palácio da Inquisição, traçado por Carlos Mardel, a ocupar o topo norte do Rossio¹².

Após o terramoto, o decréscimo abrupto dos eclesiásticos contrastou com a presença de galegos (24) que passaram a habitar o que restou da rua. Os servidores domésticos continuaram a ser os mais numerosos, ao serviço dos mais ricos, destacando-se dois homens de negócio, um dos quais proprietário e um ourives. Ao serviço da população, destacam-se os postos de venda de pão e bebidas.

Na Rua de N. Sra. da Escada situava-se a ermida da mesma invocação, contígua ao adro do Convento de S. Domingos, defronte da qual se localizava o palácio Almada. Liderado no início do séc. XVIII pelo sétimo senhor de Pombalinho, D. Lourenço de Almada, dispunha de um agregado numeroso, metade do qual eram domésticos enquadrados numa estrutura laboral hierarquizada com escudeiros, pajens, criados, cozinheiro, mochilas, moços de estrebaria e escravos. Por imposição da trajetória de governação ultramarina, ou para a realização de obras, a família ausentou-se periodicamente do palácio¹³. De facto, o percurso pessoal e atividades comerciais de D. Lourenço de Almada foi similar ao de outros habitantes da Baixa, perfilando o modelo de enriquecimento nos espaços ultramarinos, regresso com fortuna à metrópole e instalação na capital, a partir de onde prosseguiram os seus negócios¹⁴, pois neste caso, a par do exercício de governador ultramarino, envolveu-se no rendoso negócio do álcool para África¹⁵.

¹² Dispunha de jardim, lago e estatuária Após a extinção da inquisição pelas cortes de 1821, o palácio passou por diferentes usos, até ficar reduzido a cinzas num incêndio em 1836. Foi palácio do governo provisório, em 1820, várias repartições da câmara dos pares em 1826, do tesouro público em 1833 até 1836, entre outros.

¹³ Outro motivo foi a cedência da sua casa para acolhimento do agregado do Conde de Redondo. Esta deslocação de agregados de uns palácios para outros deveu-se ao costume que D. Catarina de Bragança herdara de Inglaterra de mudança constante de residência, o que era tido como grande excentricidade em Portugal.

¹³ De facto, D. Catarina de Bragança e a sua comitiva, instalaram-se na quinta e palácio de Santa Marta, pertencentes ao 10º Conde de Redondo, D. Fernando de Sousa Castelo Branco Coutinho e Menezes que enquanto desempenhou o cargo de Provedor da Irmandade da Misericórdia e serviu o cargo de Provedor do Hospital Real, ocupou com o seu agregado, pelo menos em 1693, o fogo nº 1 do Hospital Real, provavelmente a Casa do Fidalgo, daí transitando para o palácio Almada, onde permaneceu pelo menos entre 1695 e 1698, mantendo uma estrutura igualmente numerosa e algo complexa, servido por numerosos domésticos.

¹⁴ RAU, p. 29.

¹⁵ IAN/TT, 15º cartório notarial de Lisboa, ms. 403, fl. 63. Como fica demonstrado na procuração que passou nos seus aposentos do Rossio aos Tenente General Rodrigo da Costa, Tenente José Correia de Castro e ao sargento-mor Estêvão Pereira Bacelar, que sendo moradores em Luanda, Angola, concedia-lhes poderes *in solidum* para cobrar e recuperar o valor de uma carregação de 190 pipas de vinho, duas de tinto, 5 pipas e uma alquartela de aguardente carregadas na Ilha da Madeira em 1690 no navio de S. Nicolau e S. Pedro, cujo mestre, Salvador de Matos Pinto a entregou ao capitão Manuel Correia.

Em 1751, o palácio, então liderado por D. Lourenço José de Almada, continuava habitado e com um agregado numeroso. Após o terramoto, foi alugado e aí realizadas obras de beneficiação, após as quais recebeu alguns equipamentos do governo da cidade, como a Casa da Suplicação, o Depósito Público da Corte e da Cidade e os armazéns.

Em 1751 habitava na rua o escrivão da Câmara do Despacho e Mesa do Desembargo do Paço João Galvão Castelo Branco, aí permanecendo em 1762, na liderança de um agregado de treze elementos, sete dos quais domésticos. A serventia caracterizava-se por este tipo de ocupação, indivíduos de elevada condição social, visível nos títulos, na composição dos agregados e elevado número de domésticos ao seu serviço, condição que manteve no decurso do século, pois em 1751, 91% dos indivíduos com ocupação laboral eram criados ou escravos, com ausência de atividade oficial, cenário que se alteou após o terramoto, registando-se então a presença de oficinas de ourives e de sapateiro e uma loja de aguardenteiro.

Do ponto de vista da ocupação, há manutenção do número de fogos, mas com um decréscimo muito acentuado da população residente. De facto, tomando como referência o ano de 1751, após o terramoto a população diminui c. 66%. Os dois primeiros fogos eram os mais numerosos, sendo o primeiro ocupado pelo mercador Manuel de Faria Airão que liderava um agregado de onze elementos, cinco dos quais eram escravos.

A Rua do Arco João Correia apresentou quantitativos populacionais e unidades de habitação e ou de laboração com um crescimento regular ao longo da primeira metade do século XVIII, estacionando em 1751 nos 46 fogos, com 157 habitantes. Após o terramoto, o drástico decréscimo populacional e de alojamentos situou-se nos quatro fogos e treze moradores. O lado direito da rua foi totalmente demolido pelo terramoto e do lado esquerdo apenas subsistiu um edifício com loja e três andares e uma estância de madeira.

Reportando ao final do século XVII para cujo período dispomos de elementos, verifica-se predomínio de agregados familiares, alguns com unidades laborais anexas, com um perfil social muito heterogéneo, pautado por famílias abastadas de doutores, eclesiásticos, gente de ofícios, como alfaiates, mas também famílias desfavorecidas, como as visitadas pela Misericórdia. Poucos anos depois há viragem acentuada no perfil social, com aumentado do número de letrados e de pessoal doméstico e desaparecimento ou diminuição de ofícios. Em 1751 mantém-se o perfil, com

magistrados como o corregedor Miguel José Viana, oficiais militares, mestres e oficiais de diversas artes, grande peso de pessoal doméstico e quase ausência de trabalhadores indiferenciados. O terramoto alterou completamente a estrutura laboral, pelo desaparecimento de oficinas e de servidores domésticos, aumentando o número de galegos, grupo muito marcado pela mobilidade residencial. Ocorrência de alterações similares na caracterização social, subsistindo apenas o fogo encabeçado por António José dos Santos, alferes do regimento da armada, que habitava com a mulher e uma criada o 1º piso do único edifício da rua.

Incentivados pela proximidade ao couto dos Marqueses de Cascais, cuja cabeça do coutado era a ermida de S. Mateus, edificaram-se na rua do Poço do Borratém palácios e edifícios que na primeira metade do século XVIII acomodaram agregados numerosos e de condição social elevada. Em 1702 o fogo nº 19 era ocupado por um agregado de 26 indivíduos, de origem francesa, dirigido por Monsieur de Pina, possivelmente um artesão estrangeiro que à semelhança de tantos outros, especializados em artes como a tipografia, ourivesaria e relojoaria, se deslocou para Portugal no século XVIII.

O pessoal doméstico, a fixação de oficinas de sapateiro, sombreireiro, torneiro e presença de barbeiros e taverneiros dominaram no cenário profissional. A proximidade ao Hospital Real terá propiciado a instalação da botica do Borratém e a fundação do convento dos Camilos, ministros de enfermos de S. Camilo de Lellis, cujo objetivo era prestar assistência aos agonizantes do hospital.

A alteração do perfil profissional foi a mais notória no rol de confessados de 1751, mantendo-se alguma elevação social coadjuvado pelo pessoal doméstico, com presença do embaixador de Castela D. Félix Cenhes de Lima, cujo agregado tinha 36 pessoas, um doutor, um beneficiado e o engenheiro da reconstrução pombalina, Elias Sebastião Poppe, cujo agregado era composto por mulher e filhos, duas tias e duas criadas. Houve reforço do comércio alimentar e de bebidas, instalação de um pólo de limpeza da cidade com os respetivos varredores, perdendo-se totalmente a estrutura oficial.

O parque habitacional sofreu graves danos com o terramoto, passando de 58 para 23 fogos, sendo menos acentuadas as perdas no número de habitantes, que passaram de 135 para 106. Paradoxalmente, constata-se alguma revitalização da atividade laboral, aumentando o número de criados e de galegos, e instalação de oficinas de ourives, torneiro e odreiro.

A rua das Portas da Mouraria era uma das comunicações entre a cidade e o arrabalde. À semelhança de tantos outros, o palácio dos condes de Vilar Maior, mais tarde marqueses de Alegrete, construído junto à muralha perto da Torre de S. Vicente¹⁶, ajudou a definir a rua, do ponto de vista arquitetónico como na vivência quotidiana, merecendo destaque o considerável número de servidores domésticos.

Entre 1702 e 1751 há regularidade no perfil social, na manutenção da população e no número de fogos.

Nas lojas e sobrados da rua da Mouraria deveriam ser acomodados, segundo as disposições dos arruamentos dos ofícios mecânicos, os ofícios de esparteiro¹⁷. No entanto, a multiplicidade dominava o cenário profissional composto no início do século, além de muitos escravos e criados, por oficinas de marceneiro, torneiro, torcedor e respetivos aprendizes e obreiros. Foi notória a especialização na manufatura de vestuário e calçado, com sapateiros e alfaiate, e na prestação de cuidados de saúde e do corpo, com os barbeiros e cirurgiões. A escassez de esparteiros não invalidou que em 1751 a estrutura oficial de outros ofícios continuasse bem representada nas categorias de aprendiz, oficial e mestre, continuando a destacar-se a atividade nas áreas da saúde e o comércio alimentar e de bebidas.

Após o terramoto, contrariamente à maior parte das ruas da Baixa norte, a das Portas da Mouraria teve um acréscimo do parque habitacional na ordem dos 46% e mais 74% de moradores. O pessoal doméstico continuou numeroso e houve reforço da estrutura oficial, sobretudo de oficinas de correeiro, seguido de ourives de metais preciosos e de sapateiros, coadjuvados pelos respetivos oficiais. Há registo de viúvas que passaram a assegurar a laboração das oficinas, no caso de um marceneiro com loja e de um mestre de ourives da prata, uma outra viúva deu continuidade a uma loja de livreiro. De facto, o comércio assumiu uma posição de destaque no enquadramento profissional da serventia com a fixação de lojas de bebidas, de caixões, de retrós e de droguista, havendo ainda um espaço de aluguer de seges e de bestas, na área da saúde destacaram-se os sangradores.

Além dos oficiais mecânicos e serviçais, outras categorias sociais e profissionais estiveram transversalmente presentes ao longo da observação, como militares, doutores e outras pessoas de “qualidade”. Houve manutenção do perfil social da rua e

¹⁶ Demolida em 1674.

¹⁷ OLIVEIRA, 1896, Tomo VII:156. Consulta de Câmara a el-rei em 30 de Janeiro de 1698. Conforme petição do oficial de esparteiro António Antunes que para usar do seu ofício precisava de uma loja do seu arruamento da Mouraria ocupado pela parteira Maria Pedrosa. Era proibido morar fora da rua por isso pedia para que ela fosse despejada para ter aí a sua tenda.

continuou expressiva a mescla social, estando importantes casas de mercadores e nobres paredes meias com oficinas artesanais. A continuidade marcou o tipo de ocupação pós-terramoto, desempenhando alguns moradores cargos da administração da cidade e do reino, como foi o caso do desembargador J. Ferreira d'Orta, o comissário do trigo ou o almotacé da limpeza, escrivães e procuradores.

Antes do terramoto, em 1751, habitavam em torno da praça do Rossio algumas figuras da administração temporal e espiritual como o vice-cônsul dos ingleses, o monsenhor da Patriarcal António José Gorjão, ou o alto funcionário do estado Filipe Correia cuja casa, conhecida como Paço do Rossio, localizada no lado oeste, entre o palácio da Inquisição e a Rua dos Odreiros, sofreu pesadas perdas no terramoto, sendo numerosos os registados de óbitos com ela relacionados.

De teatro trágico¹⁸ que foi por alguns meses após o terramoto, com grandes perdas na área residencial e ao nível do número de habitantes e da qualidade dos mesmos, logo adquiriu nova dinâmica. Dadas as suas características de espaço aberto, desimpedido e de centralidade no quadro urbano, não só recebeu a instalação provisória de instituições ligadas à boa gestão da cidade e serviço à população, como a atividade comercial adquiriu outra dimensão, passando a concentrar oficinas e tendas de produção e venda de bens, tendas de comida e bebida e lojas de especialidades que antes se localizavam em ruas desaparecidas.

Não decorreu muito tempo até à modificação, tecnicamente orientada, do traçado urbano, decorrente dos estragos no convento e no hospital, com abertura da rua Nova entre S. Domingos e o Hospital, figurando no rol de confessados de 1762 com a designação de rua Nova do Amparo¹⁹, onde se inscreviam dois fogos e uma taverna.

Do convento de S. Domingos²⁰ restou apenas o noviciado e um dos dormitórios após o incêndio, aí permanecendo alguns padres e vinte e um trabalhadores, que logo após o desastre retiraram entulho, demoliram paredes arruinadas e refizeram o dormitório que dava para o Rossio com algumas acomodações. Em 1762 dispunham já de botica, livraria, refeitório e outras acomodações para noventa religiosos²¹, além de lojas e andares elevados que alugavam. Apenas duas propriedades, excluindo o Hospital Real, dispunham de andar superior e sótão. Os espaços cuja propriedade

¹⁸ CASTRO, 1762.

¹⁹ Formalizado por aviso do conde de Oeiras, de 19 de Junho de 1759.

²⁰ Que em 1724 e 1748 fora alvo de melhoramentos consideráveis com acréscimo do seu valor patrimonial. Após o terramoto, a maioria dos padres foi transferida para o convento de Santa Joana e para S. Domingos de Benfica.

²¹ CASTRO, 1762.

podia também pertencer ao senado municipal, estavam alugados a vinte e cinco locatários para exploração comercial e para habitação, sendo as lojas (34) a tipologia dominante.

As unidades comerciais da praça do Rossio dividiram-se entre o pátio, o adro do convento e lojas debaixo de S. Domingos e o adro do hospital. Aqui estariam as cabanas do Rossio em cujos lugares se vendiam bens alimentares, constando na Décima da Cidade sessenta e um profissionais, quarenta e nove dos quais se dedicavam à venda de fruta e hortaliça, pão e bolos, galinhas e peixe.

As lojas de capela e de incorporação de capela das Portas da Misericórdia concentraram-se detrás do convento, no lado esquerdo. Também aqui existiam lojas de linhas, fitas, vidros, retrós e algumas de bebida. O Hospital Real de Todos os Santos que fora muito atingido em 1755, dispunha em 1762 de algumas enfermarias operacionais, e ocupação de algumas lojas nos arcos debaixo do Hospital. Estas não diferiram muito do tipo de ocupação anterior, com lojas de bebidas, tabernas e armazéns de vinho, alguns com venda de comida, também lojas de fancaria, fitas, de incorporação de capela, mercearias, casa de sortes. Inicialmente prevista a sua manutenção, o espaço ocupado pelo Hospital Real viria a ser transformado em arruamento e em 1775, na Praça da Figueira²².

Do lado mais à direita do Rossio, confundindo-se com a antiga rua de Mestre Gonçalo, existia uma casa com jogo de bolas, um armazém de vinho onde também se vendia comida e uma oficina de impressor onde trabalhavam três compositores, quatro impressores e quatro companheiros de imprensa, podendo tratar-se da oficina do impressor Miguel Manescal. Entre unidades habitacionais, existiam ainda várias oficinas de arrieiro, carpinteiro, correeiro, espingardeiro, cerieiro, ferrador. Neste espaço existia ainda uma casa de sortes com três caixeiros, cinco lojas de bebidas, um celeiro de trigo e um açougue, com o respetivo pessoal, ajudantes, cortador e cobrador.

Particularmente entre o adro do convento e o Hospital Real, o enquadramento profissional dos moradores estava muito associado às instituições e outros equipamentos aí presentes. Além dos numerosos elementos que mantinham o hospital operacional e do pessoal ligado ao convento de S. Domingos, como o moço da sacristia ou o ferreiro dos padres, ainda os profissionais ligados à Casa da Fazenda, como os secretários, oficial papelista e escrivão dos assentos. Os ofícios mecânicos estavam também bem representados deste lado do Rossio, com seleiros, correeiros, atafoneiro,

²² FRANÇA, A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina, p. 28.

funileiro, albardeiro, cordoeiro, serralheiro, odreiro, sapateiros, barbeiros, entre mestres e oficiais.

No conjunto, os resultados enumerados representam um momento de transição, em que tudo é provisório, colmatando-se sobretudo as necessidades básicas, de alojamento, de fornecimento de alimentos, de manutenção de negócios e de instituições e de auferir rendimentos.

Fontes Manuscritas

AHPL - *Róis de Confessados de Santa Justa* 1702, 1751, 1762.

AHTC - *Décimas da Cidade e do Termo, Arruamentos e Maneios*, 1762.

IANTT - *15^o cartório notarial de Lisboa*, 1690-1699.

Bibliografia

CLEMENTE, Manuel D. pref. — *Memórias de uma Cidade Destruída, testemunho das igrejas da Baixa-Chiado*. Altheia Editores, 2005.

COSTA, António Carvalho (Padre) — *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, MDCCXII, tomo Terceiro.

MARQUÊS DE RIO MAIOR — *No Centenário do Terramoto Grande*. Separata de Estremadura, boletim da Junta de Província, série II, n^{os} 32/33/34. Lisboa, 1955.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de — *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1898.

RAU, Virgínia — “Um mercador luso-brasileiro do século XVIII”. In *Estudos Sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, p. 29.

RIJO, Delminda; ARAGONEZ, Fátima; MOREIRA, Francisco — “Santa Justa nos Róis de Confessados”. *Revista CEM / Cultura, Espaço e Memória*. CITCEM, 2011.